

# ÉTICA E CIDADANIA

## Ética e Cidadania

*Gleise Prado da Rocha Passos  
Marcos Santana de Souza*



# Ética e Cidadania

## Meta

Compreender a Ética e a Cidadania como valores fundamentais para a construção de um contexto escolar orientado para a promoção da dignidade, da autonomia dos alunos e da autoridade docente, bem como para o respeito às diferenças.

## Objetivos

Ao final desta aula você será capaz de:

- Refletir a respeito dos conceitos de ética e cidadania e sua importância para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras relacionadas ao reconhecimento de deveres e a afirmação de direitos no ambiente escolar;
- Identificar os principais fatores que contribuem para o enfraquecimento da autoridade e conseqüentemente para o aumento do autoritarismo, da indisciplina e da violência nas escolas;
- Conhecer recursos e estratégias de ensino que podem auxiliar os professores no enfrentamento às demandas mais comuns no ambiente escolar;
- Desenvolver posicionamento crítico em relação aos materiais didáticos, considerando a transversalidade dos temas Ética e Cidadania.

## Pré-requisito

Antes de iniciar a leitura do módulo, é imprescindível conhecer os “Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética” (1997). O texto dos PCNs (ética) está disponível no portal eletrônico do Ministério da Educação e você pode realizar o download a partir do seguinte endereço: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>

## Introdução

O Módulo que iremos começar acrescenta às reflexões suscitadas pelo nosso curso dois elementos fundamentais: Ética e Cidadania.

Desse modo, começaremos aprendendo de que se tratam esses dois conceitos e como a educação pode colaborar para a construção e aprendizado dos princípios éticos necessários à promoção dos Direitos Humanos e ao exercício da Cidadania. Depois, vamos discutir as noções de autoridade e autoritarismo na escola, de modo a destacar como esses elementos podem ser reconhecidos como promotores e cerceadores da ética e da experiência cidadã nas escolas.

Nos tópicos a seguir, buscamos analisar de forma mais direta a relação entre diferença e identidade tendo como referência o conteúdo dos livros didáticos. A partir dessa perspectiva, exploramos criticamente esses materiais, destacando não apenas os seus aspectos limitadores no tratamento da realidade vivida pelos alunos, de suas famílias e da sua comunidade, mas como essas limitações podem ser exploradas positivamente no ambiente escolar no processo de construção de uma educação ética e emancipadora. Nesse momento, são apresentadas algumas estratégias voltadas ao tratamento dos Direitos Humanos e, de forma mais precisa, os Direitos da Criança e do Adolescente como temática transversal aos diferentes conteúdos ensinados na escola.

Por fim, iremos abordar a gestão participativa na escola a partir de seus elementos conceituais fundamentais (democracia, participação e cidadania) e suas instâncias práticas (órgãos gestores e planejamento participativo), reconhecendo-os, juntamente com a ética e a cidadania, como aspectos imprescindíveis para a formação educacional das atuais e futuras gerações.

Desejamos a todos boa leitura!

## Conceitos de Ética e Exercício de Cidadania

Ética vem do grego *ethos* que significa modo de ser, caráter ou costume. Geralmente, os termos ética e moral são usados como sinônimos. Na verdade, em sua origem, ambos significam a mesma coisa, pois se referem ao modo como na coletividade os indivíduos devem agir em relação ao outro.

Contudo, hoje é possível fazer uma distinção entre esses dois conceitos, uma vez que a Ética se tornou um ramo da filosofia que reflete sobre a moral de uma sociedade ou da moralidade de cada pessoa. Trata-se de uma ciência da moral. A moral, por sua vez, diz respeito a um conjunto de regras, princípios e valores que determinam a conduta do indivíduo. Nesse sentido, a educação torna-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento moral da pessoa, pois o processo educacional fornece as regras e ensinamentos capazes de orientar os julgamentos e decisões dos sujeitos na vida social.

O compromisso do professor com o ensino dos valores não é apenas filosófico, é também didático. O professor deve aprender a dialogar com seus alunos numa postura de diálogo, troca de ideias e de valores: “é indispensável ao professor, além da competência técnica e política, se reconhecer como responsável pela elevação pessoal e cultural de seus alunos” (ENRICONE, 1992, p.22).

Como vimos, a ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes ou a própria realização de um tipo de comportamento (VALLS, 1992). Pode-se afirmar ainda que a função da Ética é promover a prática das virtudes, condição fundamental para o exercício da Cidadania.

Mas o que significa Cidadania e como ela pode exercida plenamente?

Podemos dizer, de modo geral, que a Cidadania é o direito a ter direitos. O conceito de Cidadania tem sido interpretado a partir de diversas perspectivas, mas a concepção de Thomas H. Marshall ficou conhecida como uma concepção clássica de Cidadania. Ele desenvolveu uma tipologia dos direitos de Cidadania, baseada numa sequência cronológica:

- Direitos civis: teriam sido os primeiros a surgir, no século XVIII. São os direitos que se referem à liberdade individual, tais como: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.
- Direitos políticos: surgiram no século XIX, conferem legitimidade à organização política da sociedade e dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade, a exemplo do direito de votar e ser votado, de criar partidos políticos etc.
- Direitos sociais: conquistados no século XX, esses direitos têm como fundamento a justiça social e permitem reduzir as desigualdades sociais. É o caso dos direitos à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, dentre outros.

Através da tipologia de Marshall é possível perceber que a Cidadania é um fenômeno histórico e que “o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos” (CARVALHO, p.9).

Embora o termo Cidadania circule hoje por toda parte, é possível perceber que a pura e simples existência formal de direitos não garante o usufruto dos mesmos. É aqui que entra a questão do exercício da Cidadania.

No Brasil, os limites do exercício da Cidadania remontam à Independência. Mas a partir dos anos 1930, tivemos a implantação de uma política social cunhada pelo Estado populista que visava garantir certos direitos e melhores condições de vida aos trabalhadores urbanos. Naquele momento a carteira de trabalho assinada era o símbolo da Cidadania, ficando numa condição de não-cidadãos os trabalhadores rurais e informais. Porém, nos anos 1960 e 1970, os movimentos sociais trouxeram a crítica à situação de Cidadania em voga e a reivindicação da ampliação da Cidadania a todos os brasileiros.

No país, há um descompasso entre a Cidadania legal e a Cidadania real (NEVES, 2002). Isso significa que os direitos garantidos legalmente nem sempre são usufruídos na vivência cotidiana. Por esse motivo, a luta pela efetivação da Cidadania passa também

pela articulação dos interessados em se constituírem cidadãos plenos, de modo a que se chegue ao desenvolvimento político dessas populações.

Mas chegar à concretização dos direitos e vivenciar uma Cidadania plena implica, antes de tudo, que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos. Para tanto, é necessário conhecer os direitos para, então, lutar por eles. Conhecendo seus direitos e questionando a situação vigente, os indivíduos terão condições de analisar criticamente a realidade (FREITAS, 2002).

É nessa perspectiva que a educação adquire um papel fundamental, visto que “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da Cidadania civil e política” (CARVALHO, 2013, p.11). A educação torna as pessoas mais preparadas para a vida, para a convivência e para a reivindicação de seus direitos (GORCZEVSKI; TAUCHEN, 2008).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi um grande avanço pelo fato de que as crianças e os adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos. No entanto, estes sujeitos dependem dos adultos e do contexto social no qual vivem para o seu desenvolvimento físico, moral, psíquico etc., isto é, dependem de condições que propiciem o gozo de sua Cidadania. Nesse caminho, a escola é um lugar privilegiado para consolidar esses novos valores e colaborar no desenvolvimento desses atores. Assim, tanto os educadores quanto outros atores sociais devem ter o compromisso com a defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.



Thomas Humphrey Marshall (1893-1981): foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente por seus ensaios, dentre eles, *Citizenship and Social Class* (“Cidadania e Classe Social”), publicado em 1950, no qual analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais.

(Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Humphrey\\_Marshall\\_R.\\_Marshall](http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Humphrey_Marshall_R._Marshall)).

## Autoridade e autoritarismo na escola

O termo Autoridade remete imediatamente no senso comum à ideia de “domínio”, “força”, “poder”, “mando”, entre outros. Isso faz com que muitas vezes confundamos Autoridade com Autoritarismo.

Embora costumemos pensar a autoridade como o poder de ordenar ações e submeter pessoas, ou seja, como a capacidade de tê-las sob o controle para a boa consecução de objetivos, a autoridade, contudo, possui um caráter mais amplo, pois pressupõe a capacidade de convencer pela liderança e por argumentos razoáveis que se relacionam ao sentimento de confiança e proteção. Trata-se de uma influência que reside não na força, mas na interação comunicativa, no comportamento ético e que implica, sobretudo, em reconhecimento mútuo de direitos e deveres. Ou seja, a autoridade é algo complexo e que tende a despertar o medo e o interesse das pessoas.

É bastante comum hoje em dia, por exemplo, pais, professores e pesquisadores da área de educação demonstrarem grande preocupação a respeito da chamada “crise de autoridade” pela qual passa a escola. Os principais sinais desse conflito estariam marcados nos recorrentes episódios de violência que circulam nas redes sociais e na imprensa envolvendo alunos, professores e pais de alunos.

Concebida como um fenômeno contemporâneo, a crise de autoridade tem raízes e efeitos diversos sobre a vida da comunidade escolar. No caso dos fundamentos, estariam associados a mudanças culturais amplas decorrentes do mundo do trabalho, da expansão de tecnologias de informação e da própria crise de sentido que marca a modernidade. Já os efeitos, vão desde o comprometimento da aprendizagem dos alunos, como expressão da perda crescente de sentido da escola na vida de crianças e principalmente dos jovens, passando pelo aumento da evasão e da indisciplina, até os sentimentos de desestímulo e medo que acompanham muitos dos profissionais da área e que têm resultado no abandono da carreira ou em processos de afastamento para tratamento de enfermidades como depressão, por exemplo.

Assim, os casos de depredação de escolas e de agressão física ou verbal de professores ou entre alunos evidenciam que a comunidade escolar vê os desafios relacionados à produção de conhecimentos e à formação para a cidadania serem, de modo frequente, ameaçados.

Junto à dificuldade de atrair profissionais preparados e motivados para os seus quadros, a indisciplina e a violência no contexto escolar têm contribuído para engessar práticas e minar as esperanças de professores e gestores da área, comprometendo seriamente os resultados da educação no país.

Contudo, nesse cenário turbulento, não faltam acusações mútuas sobre quem deve recair a maior responsabilidade pelo quadro atual.

Por um lado, pais costumam acusar a escola por não desenvolver ações que incorporem aos temas normalmente trabalhados noções de cidadania, de melhor

convivência, assim como de metodologias que possam tornam a escola mais atraente para os seus filhos, em geral interessados pelas inovações tecnológicas.

A indisciplina discente seria, portanto, o resultado mais evidente de metodologias de ensino deficientes em sua capacidade de “despertar o interesse de crianças e jovens”. A forma como os conteúdos são ministrados e as cobranças apresentadas levariam os alunos, mais conscientes dos seus direitos e inclinados a relativizar responsabilidades, a questionar a validade do que e como a escola ensina.

Por outro, os professores identificam a “permissividade” dos pais ou responsáveis, bem como a transferência para a escola do dever de apresentar limites e educar para o convívio respeitoso como uma das principais causas para a atual situação da escola, que acaba tendo que resolver assuntos que seriam de “responsabilidade exclusiva” das famílias. O cenário nesse caso é de oposição e por isso é comum que tanto pais quanto professores se mostrem perdidos em relação às ações que devem ser desenvolvidas para enfrentar esses problemas.

Ainda que seja difícil avaliar como a autoridade dos professores e da própria escola foi “reduzida” nos últimos anos e o quanto essa redução seria de fato “nova” na história da educação ou mesmo um fenômeno nacional, dois aspectos na fala de pais, professores e especialistas se mostram emblemáticos e bastante esclarecedores. O primeiro é o papel fundamental da autoridade para o sucesso da educação, especialmente de crianças e jovens. O segundo, por sua vez, está no sentido estratégico da cooperação entre pais e professores para a sobrevivência da escola e para a apresentação de bons resultados, para além de aprovações em processos seletivos, cada vez mais utilizado como critério para aferir a “qualidade” do ensino oferecido.

Se a família é normalmente vista por pais e professores como “base fundamental” para a boa convivência em sociedade, no discurso docente ela também aparece como fator a explicar o “fracasso” de muitas ações desenvolvidas na escola, uma vez que não conseguiria atualmente educar os filhos para respeitar regras mínimas de convivência e respeito. A escola, por outro lado, sobretudo na visão dos pais, aparece como portadora de conhecimentos vários sobre o mundo e ao mesmo tempo uma instância em muitos aspectos “impotente” para lidar com os desafios contemporâneos, dentre eles o de desenvolver mais fortemente a formação ética e cidadã dos alunos e, em certa medida, o de corrigir as “falhas” da formação familiar, que segue sendo vista como principal fortaleza dos seres humanos frente aos desafios inerentes à experiência em sociedade.

Longe de incorrer no erro de apontar quem estaria correto nessa disputa, onde certamente não há lado vitorioso, no campo das representações sociais, podemos inferir que essa oposição entre professores e família é uma das principais causas do insucesso da escola e, especificamente, do sentido da autoridade para a experiência dos alunos.

O fato é que, quanto mais frágil é a autoridade dos professores e da escola e mais divididos se mostram pais e professores em relação aos caminhos que o processo



educativo deve seguir, menores são as chances de bons resultados, especialmente no campo da formação para a cidadania.

Muitos dos problemas citados anteriormente têm a sua origem no antagonismo que se amplia entre as concepções de pais e professores e que vêm de modo decisivo colaborando para minar a autoridade de ambos os segmentos. O que não significa que um tipo de “pensamento único” deve imperar como solução fácil, mas a necessidade de perceber que a diversidade de pensamentos deve convergir para uma crítica sobre os resultados que a postura “beligerante” de pais e professores tem ensejado. É possível que esse exercício nos leve a identificar a indisciplina e a violência nas escolas, portanto, muito mais como sintomas que causas da chamada crise da autoridade escolar, pois como destacou o sociólogo Richard Sennet (2001), a necessidade de autoridade se mostra fundamental para as crianças, que nela reconhecem orientação e segurança, além de capacidade superior de julgamento e de impor disciplina.

Diante do que vimos até aqui, pode-se afirmar que a noção de autoridade é um elemento marcante das relações sociais em diferentes contextos. A exemplo de outros vínculos afetivos como lealdade e fraternidade, a autoridade atua de modo decisivo para o funcionamento da sociedade e de suas instituições. Sem o sentimento de confiança na importância de uma vida em comum, que implica na perda de uma parcela importante da liberdade em troca de maior segurança nenhuma sociedade pode existir por muito tempo. Foi o que destacaram pensadores como Thomas Hobbes, Norbert Elias, entre outros.

Um dos importantes fundamentos da confiança nas instituições está em sua capacidade de fornecer respostas seguras para os anseios individuais e coletivos. Em relação à escola, esta, assim como a família, constitui um dos espaços de maior permanência e importância na incorporação de valores morais e éticos pelos indivíduos desde a chamada “socialização primária”, sendo a autoridade um componente essencial nesse processo de formação que deve priorizar o desenvolvimento da autonomia dos alunos para aprender e falar sobre o que já sabem, condição para o exercício pleno da cidadania.

Sem a confiança necessária na democracia e nas suas instituições, a autoridade começa a ruir e a dar espaço ao estabelecimento de um quadro de desorganização e insegurança ou mesmo a favorecer um dos opostos da autoridade, ou seja, o Autoritarismo. No caso da educação de crianças, de acordo com Analúcia de Moraes Vieira (2009, p. 06): “a autonomia é a capacidade que a criança tem para realizar suas actividades, construindo assim sua identidade própria, com iniciativa e empatia com outras crianças e o adulto”.

A confiança não nasce, portanto, por acaso, ela surge a partir de um sentimento de proteção, de clareza quanto aos objetivos daqueles que são investidos pelo grupo para falar em seu nome e a defender os interesses não apenas de alguns segmentos, mas da coletividade por eles representada. A autoridade é um mandado confiado por um grupo e está fundada no respeito a regras e protocolos de atuação, razão pela qual quem é investido de autoridade o faz por uma relação de confiança, de reconhecimento

à hierarquia. É o poder considerado legítimo (PAULA e SILVA, 2001). Por essa razão, segundo Richard Sennet, os compromissos afetivos exercem forte influência sobre os comportamentos sociais, trazendo importantes consequências políticas. No que se refere à autoridade, ela, segundo o autor, é, sobretudo, uma “ligação entre pessoas desiguais” (SENNET, 2001, p. 22).

Assim, diferente de pensar como paternalismo ou maternalismo no processo educativo, o exercício da autoridade na escola pressupõe a confiança na capacidade de professores e gestores em guiarem comportamentos e ao mesmo tempo de construírem soluções justas para os desafios existentes, sem “populismo” que faça da atuação docente uma prática guiada para atender cegamente as demandas de pais e alunos nem tampouco um exercício tirânico que desconsidere a voz e os saberes dos diversos segmentos que integram a comunidade escolar.

A autoridade relaciona-se diretamente ao trabalho de promoção da autonomia dos alunos para pensarem o seu lugar no mundo e o valor do respeito às diferenças, tendo grande importância a mobilização permanente do sentimento de justiça como requisito indispensável para a democratização da sociedade. Algo que passa a se tornar efetivo na medida em que as soluções apresentadas pela escola sejam pautadas pela justiça e pelo compromisso com o fim de alguns dos fatores que mais comprometem a crença nas instituições, ou seja, a existência de privilégios e a impunidade. De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho (2011, p. 105):

(...) considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, a fim de que não sejam vividos como ‘favores’ concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Desse modo, na medida em que a escola se transforma num espaço aberto de disputas que desprezam o compromisso ético, o respeito às diferenças e a formação para a cidadania, a autoridade dos professores e a própria democracia tendem a se enfraquecer, fortalecendo comportamentos violentos e autoritários como via possível para assegurar uma coesão forçada da comunidade escolar. É exatamente em virtude do enfraquecimento da autoridade de pais e professores, cada vez mais atraídos por consensos rápidos e por soluções fantasiosas que desconsideram as especificidades do atual tempo histórico, o nível de informação das gerações atuais e a sua capacidade de questionar as regras e de se mobilizarem em torno da conquista de direitos, que se assiste a diminuição da confiança em torno dos resultados da escola.

Podemos destacar que um aspecto essencial a ser observado está em perceber que quando se trata de educação deve-se perseguir objetivos em comum, de modo que no oferecimento de uma educação ética e cidadã não há espaço para inimigos ou adversários

internamente, mas para parcerias que abram mão de projetos autoritários voltados para a “colonização” do outro. A criação de um contexto de apoio mútuo no qual as crianças desde cedo se tornem produtoras de seu “conhecimento na ação”, por meio de uma prática auto-reflexiva e de exposição de suas demandas pessoais e coletivas, é um desafio necessário à escola (VIEIRA, 2009).

Como instâncias complementares da formação dos indivíduos para a vida em sociedade, família e escola devem, portanto, participar ativamente da construção de caminhos que viabilizem uma formação que valorize a autoridade, não como um exercício de força ou a capacidade para subjugar o outro, mas como uma habilidade para orientar comportamentos com base na confiança e no respeito às diferenças.

## **Coexistência com as diferenças e superação de fronteiras identitárias: a dimensão e as imagens do outro nos materiais didáticos**

Temos aprendido ao longo deste curso que a escola pode e deve ser um lugar de proteção, capaz de garantir dignidade para seus alunos, professores e demais agentes que nela circulam. Como espaço plural, um dos principais desafios postos à escola é o de promover a educação, a ética e a cidadania por meio do reconhecimento e respeito às diferenças, fator imprescindível para sua definição como espaço seguro de formação e de interação social.

Sem o sentimento de segurança da sociedade na capacidade da escola em garantir dignidade a todos sem distinção de classe, cor/raça, orientação sexual, religiosa, entre outras, a educação não pode apresentar-se de forma plena e assegurar o melhor resultado que dela podemos esperar, ou seja, a formação de indivíduos preparados para o exercício consciente da cidadania. Sabemos que é isso que se espera, mas nem sempre é o que a escola oferece no seu dia-a-dia através de concepções e práticas que contribuem muitas vezes mais para segregar pessoas e marginalizar comportamentos que emancipar consciências.

Reconhecer que a escola tem sido um espaço de reprodução de diversas formas de violência está relacionado ao compromisso ético daqueles que fazem parte da comunidade escolar. É importante que professores, alunos, pais, técnicos, reconheçam que a escola não raramente se mostra um espaço de reprodução de violências e desigualdades e por essa razão é importante que desenvolvam o compromisso de analisar comportamentos, rever práticas e propor ações que estimulem a superação de fronteiras identitárias que comprometem o estabelecimento de uma educação que promova e respeite os Direitos Humanos.

Uma das possibilidades apresentadas nesse campo é a reflexão sobre o papel dos livros didáticos na construção das representações sociais e na afirmação de identidades. É imprescindível questionar como esses materiais apresentam a realidade social e se eles estimulam o debate sobre as diferenças e o acesso a direitos.

Um primeiro e importante passo para os professores está no exercício reflexivo sobre os materiais utilizados em sala de aula e as abordagens neles desenvolvidas, considerando as habilidades e competências previstas para cada disciplina. Cada professor pode se questionar: “eu me sinto efetivamente representado pela abordagem desenvolvida pelo livro didático da minha disciplina? O mesmo se dá em relação a outros grupos que fazem parte da escola?”. A diversidade social, cultural e étnica aparece de modo evidente no livro didático? Quando se trata do conceito de família, por exemplo, qual é a definição apresentada pelo(a) autor(a)? Há espaço para outras expressões além do modelo tradicional? Do mesmo modo, como os temas violência, direitos humanos, identidade, religiosidade, raça, sexualidade, entre outros, são tratados?

A abordagem desses temas e conceitos no livro didático, ainda que aposte em explicações superficiais e baseadas no senso comum, está longe, contudo, de inviabilizar o seu uso, podendo servir exatamente como objeto para reflexão e formação na educação através de exercícios críticos de pesquisa e debate, tendo em vista a realidade concreta das famílias. Um importante e necessário caminho é partir da identidade dos alunos, como eles se percebem no mundo e como percebem os outros. Qual é a imagem, por exemplo, que sobressai de si mesmos e daqueles que lhes são diferentes? Como as percepções sobre o corpo e a identidade orientam comportamentos na escola e na vida?

Particularmente em relação a esse último ponto, os professores podem discutir mais diretamente sobre como as imagens do corpo produzem modos de ser que tendem na contemporaneidade a cercear a liberdade e a obstruir projetos de mudança. Como afirma a filósofa Viviane Mosé em um interessante debate sobre “o que pode o corpo?” com a bailarina Dani Lima, no programa Café Filosófico: “...ética é atitude e atitude exige corpo, exige relação com o mundo. Como você vai ser ético se o seu corpo está dividido em vários pedaços?”. Segundo Mosé, se o corpo se apresenta “fragmentado”, “dividido”, como um “meio” e não como o próprio sujeito da vida, as chances de promover transformações mais amplas se tornam bastante reduzidas.

### **Corpo e Identidade**

A edição do programa Café Filosófico que teve como tema “o que pode o corpo?”, apresentado pela filósofa Viviane Mosé com a participação da bailarina e professora Dani Lima, foi realizado em novembro de 2009. O programa, além de apresentar diferentes interpretações sobre o corpo e a dança, discute a respeito da cisão entre corpo e mente no pensamento filosófico, assim como os efeitos dessa separação na experiência contemporânea. Para assistir o programa na íntegra, basta pode acessar o endereço eletrônico: <http://www.cpfcultura.com.br/wp/2009/11/23/integra-o-que-pode-o-corpo-viviane-mose-e-dani-lima/>

Ser ético, portanto, pressupõe conhecer-se e esta é inegavelmente uma condição essencial para uma experiência marcada pela integridade e pelo respeito às normas e aqueles que são diferentes de nós. Do mesmo modo, sem o reconhecimento de que os corpos são marcados diretamente pelos conflitos de nosso tempo, o debate sobre a igualdade pouco pode avançar.

Assim, ao estimular a discussão sobre as identidades e como elas são estruturadas socialmente, os professores poderão ajudar a romper com um modelo tecnicista de educação que hoje se revela como um importante fator a travar o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a autoridade de pais e professores, explicando a crise da própria escola.

Diante de uma educação fragmentada, marcada por rivalidades diversas, é desejável que a alteridade venha a permear as diferentes disciplinas e ser um fator fundamental para conhecer distintas realidades, minimizando conflitos no universo escolar e fazendo com que grupos historicamente excluídos passem a visualizar a escola como espaço de proteção e de afirmação identitária.

### **Saiba Mais**

Segundo o dicionário escolar Michaelis, o termo alteridade se refere “ao estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente”. É um termo, de acordo com Jonathan Molar (2008), marcadamente plural e híbrido que assume sentidos específicos na Psicologia e na Filosofia e que no campo da educação tem recebido denominações diversas ao redor do mundo, a exemplo de: “educação multicultural”, “pedagogia do acolhimento”, “educação para a diversidade”, “educação intercultural”. No campo da Psicologia, o termo aparece como uma noção distinta do ego e que coloca o indivíduo diante do reconhecimento do outro como ser diferente dele; no pensamento filosófico, a alteridade seria o ato de “reconhecer-se no outro”, a despeito das diferenças físicas, psíquicas e culturais e por isso mais próximo da ideia trabalhada pelos profissionais da educação, mais interessados na discussão sobre as diferenças identitárias e na compreensão dos conflitos existentes na escola. A alteridade no contexto escolar, portanto, está relacionada ao desafio de assegurar o respeito à igualdade de direitos como princípio fundamental.

Sem dúvida, quando a escola retira da invisibilidade identidades negadas, a primeira reação é de estranhamento e resistência, sendo o passo seguinte o de ampliação da percepção sobre a realidade social, de afirmação identitária e de reconhecimento dos diferentes. Reconhecer identidades “invisibilizadas” no contexto escolar é, sem dúvida, um importante passo para favorecer a autonomia, que pode ser definida como “uma receita poderosa para a igualdade. Em vez de uma igualdade de compreensão, uma igualdade transparente, autonomia significa aceitar no outro o que não entendemos, uma igualdade

opaca. Assim, trata-se a realidade da autonomia do outro como igual à sua própria. Mas para evitar a mestria do virtuoso, a concessão deve ser mútua” (SENNET, 2004, p. 145-6).

Nesse processo, cabe ao professor estar atento as expressões de violência que circulam em sala de aula ou na escola, seja por meio da intimidação direta ou da indiferença, coibindo comportamentos e promovendo ações para a resolução conjunta do problema. Como desafio com espectro amplo, as soluções não devem ter um caráter restrito, mas, pelo contrário, devem envolver toda a escola e se necessário contar com a parceria com outros órgãos. Ao assumir essa postura, o professor estará em sintonia com os princípios indicados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) como orientadores da educação escolar, ou seja, a dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social.

Veremos que ao propor a reflexão em torno da identidade, do sentido fluído que ele assume atualmente e da sua importância para a consolidação da democracia e do Estado de Direito, menor será o espaço para projetos que pregam o aniquilamento do outro em nome da defesa daqueles que de forma equivocada são considerados “cidadãos de bem” e que em geral se mostram pouco sensíveis às demandas da sociedade como um todo. Os acertos devem ser valorizados, mas nem por isso podem ser tomados como elementos para justificar a negação da humanidade daqueles que erraram. É essencial que a sociedade abrace o compromisso com a justiça e recuse de forma clara privilégios que levam tanto à impunidade quanto a projetos de vingança em nome da lei e da ordem.

O acesso a direitos e o cumprimento de deveres deve ser, portanto, de todos indistintamente, não cabendo tratamento diferenciado com base na condição social, na cor/raça, orientação sexual ou religiosa e que ainda hoje se mostra fator crucial para a ampliação do sentimento de impunidade e de descrença na importância das instituições. O compromisso maior da escola deve estar relacionado à defesa dos direitos humanos e da sociedade, sendo imprescindível a sua atuação em favor da ampliação da justiça social.

## **Princípios Éticos Necessários à Construção da Cidadania e Promoção e Valorização dos Direitos Humanos no Ambiente Escolar**

Segundo Álvaro Valls (1992), no livro “O que é Ética”, diante da questão sobre qual seria o ideal da vida ética, as respostas são variadas.

Para os gregos, o ideal ético estava ou na busca do Bem, da qual as realidades mundanas participariam de alguma maneira (Platão), ou na felicidade, entendida como uma vida virtuosa, onde as capacidades superiores do homem tivessem a preferência (Aristóteles) ou ainda no viver de acordo com a natureza, em harmonia cósmica.

No cristianismo, os ideais éticos se identificaram com os religiosos. O homem viveria para conhecer, amar e servir a Deus, diretamente e em seus irmãos.

Com o Renascimento e o Iluminismo (séculos XV e XVIII), a burguesia que acentuou



outros aspectos da ética: o ideal seria viver de acordo com a própria liberdade pessoal, e em termos sociais o grande lema foi o dos franceses: liberdade, igualdade, fraternidade.

No século XX, pensadores das mais diferentes tendências insistiram sobre dois ideais éticos em comum: a liberdade e uma vida social mais justa. Além disso, a discussão ético-social do século XX trouxe a discussão sobre a massificação atual que fez como que a maioria hoje talvez já não se comporte mais eticamente, pois não vive amoralmente, pois os meios de comunicação de massa, as ideologias, os aparatos econômicos e do Estado já não permitiriam mais a existência de cidadãos conscientes e participantes.

Os princípios éticos são fundamentais para a promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, uma vez que estabelecem o ideal de vida e de sociedade que os indivíduos pretendem atingir.

Vimos que a Cidadania pode ser entendida como o direito a ter direitos. Mas o que chamamos de Direitos Humanos? São direitos essenciais da pessoa humana porque sem eles o ser humano não é capaz de existir nem de se desenvolver e participar plenamente da vida. Representam, portanto, as mínimas condições necessárias para que uma pessoa possa ter uma vida digna.

Os Direitos Humanos não devem ser entendidos apenas num sentido estritamente jurídico, pois são *multidimensionais*, ou seja, consistem num conjunto de valores que englobam várias dimensões (TOSI, 2002):

- *Dimensão ética*: esses direitos formam um conjunto de valores éticos universais, inerentes à natureza de cada ser humano, que estão acima do nível jurídico, embora devam orientar também a legislação dos Estados.
- *Dimensão jurídica*: no momento em que tais direitos passam a estar contidos em tratados, convenções e protocolos, eles ganham força jurídica, deixando de ser orientações éticas para se tornarem direitos positivos assimilados pelas constituições e leis ordinárias dos Estados.
- *Dimensão política*: quando o Estado assume o compromisso de ser promotor dos Direitos Humanos, precisa implementar políticas públicas que garantam a efetivação desses direitos para todos.
- *Dimensão econômica*: a realização da dimensão política não está desvinculada da realização dos direitos econômicos.
- *Dimensão social*: a efetivação dos Direitos Humanos não cabe apenas ao Estado. A sociedade civil deve também se envolver nessa defesa através de suas diversas representações: conselhos, movimentos sociais, sindicatos, associações, dentre outras.
- *Dimensão cultural*: não basta que esses direitos estejam incorporados ao ordenamento jurídico de uma sociedade. Eles precisam encontrar respaldo na cultura, na história, na tradição, nos costumes de um povo.
- *Dimensão educativa*: a consciência dos direitos não é algo espontâneo. É preciso que o homem seja “educado”, formal e informalmente para a consciência e o respeito a esses direitos.

Essas dimensões não podem ser vistas como aspectos separados dos Direitos Humanos. Elas devem estar interligadas. É preciso reconhecer a integralidade e indissociabilidade desses direitos.

Tanto a Cidadania quanto os Direitos Humanos são questões pouco abordadas no ambiente escolar e na educação em geral. Por esse motivo, a falta de conhecimento e, conseqüentemente, a falta de reivindicação desses direitos torna-se um entrave para a sua efetividade.

A transposição do atual modelo formal de Cidadania e de Direitos Humanos para um novo modelo prático-teórico, onde os sujeitos conheçam e busquem a efetivação de seus direitos, implica a construção do conhecimento por um viés metodológico interdisciplinar que priorize as relações humanas vividas no âmbito escola-comunidade-sociedade. Para que isso aconteça, não basta teorizar esses conceitos em sala de aula; é preciso tornar a vivência entre professores e alunos uma prática de direitos, em que cada um desempenhe seu papel (FREITAS, 2002). Em especial, cabe à instituição escolar colaborar para a construção de uma “cultura” de respeito aos direitos fundamentais e à Cidadania, mediante uma nova perspectiva acerca da educação, que poderíamos chamar de “Educação em Direitos Humanos”. Mas o que seria isso?

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, através da promoção e da vivência de atitudes, hábitos, comportamentos e valores como igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008).

A proposta da Educação em Direitos Humanos no ambiente escolar mostra tanto ao docente quanto ao discente que é preciso ampliar a consciência da dignidade de cada um, do reconhecimento do outro, da importância de se vivenciar a solidariedade, a igualdade e também a diferença; mostra que é preciso entender os entraves proporcionados pelas desigualdades na realidade social e a importância da crítica e da reflexão para o exercício de uma Cidadania democrática e emancipatória. Enfim, trata-se de uma educação comprometida com a Cidadania a partir da conscientização de sujeitos e desenvolvimento de sua autonomia.

No caso da educação formal, que muitas vezes se pauta numa cultura escolar “engessada” e monolítica, está claro que a Educação em Direitos Humanos exigirá a construção de uma nova cultura escolar que supere as estratégias puramente expositivas, que tenha como referência fundamental a realidade e trabalhe diferentes dimensões do processo educativo e do cotidiano escolar mediante a utilização de metodologias ativas e participativas (CANDAU, 2007). Será preciso que técnicas pedagógicas se orientem no sentido de recuperar a capacidade de sentir e de pensar dos alunos.

Que exemplos de técnicas pedagógicas poderiam, então, auxiliar nessa prática pedagógica diferenciada?

Algumas sugestões podem ser: leitura de textos; interações grupais; seminários; grupos de estudo; seminários de pesquisa; projetos de responsabilidade social;



construções de casos; desenvolvimento de inserções comunitárias; filmes; debates em grupo; produção de conhecimento orientada; representações; simulações; teatralizações; pesquisas em websites (BITTAR, 2007).

Por outro lado, convém observar que, além das mudanças na cultura escolar e prática pedagógica, será preciso uma nova visão a respeito do próprio papel dos educadores. Nessa perspectiva, Candau (2007) afirma que

[...] não se pode conceber o papel dos educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente pelo ensino das diferentes áreas curriculares e por funções de normalização e disciplinamento. Os professores e professoras são profissionais e cidadãos, mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social. Somente nesta ótica poderão ser promotores de uma educação em direitos humanos (p.410-411).

## **Estratégias e recursos para a articulação de conteúdos à transversalidade dos Direitos Humanos e Proteção da Criança e do Adolescente**

Ao tratarmos de Ética e Cidadania na escola é fundamental considerarmos a importância da estruturação de um contexto escolar preparado para instigar discussões relacionadas à experiência social mais ampla dos alunos.

Entendemos que uma boa formação escolar pressupõe não apenas a transmissão de informações necessárias à futura inserção no mercado de trabalho, mas o acesso a conhecimentos que promovam a articulação entre a teoria, a técnica e o exercício da cidadania como condição para a construção de uma sociedade que reconhece e valoriza a pluralidade e que tenha a defesa e a promoção dos direitos humanos como princípios inquestionáveis.

Desse modo, elencamos neste tópico algumas ações e recursos que podem ser desenvolvidos dentro e fora de sala de aula por professores de diferentes disciplinas para favorecer a Educação em Direitos Humanos da qual falamos anteriormente. A ideia é promover a articulação de diferentes saberes, estimulando o envolvimento da comunidade nas decisões que marcam o processo educativo e também na divisão de responsabilidades.

Entendemos que uma boa estratégia está em enfrentar em sala de aula ou em reuniões abertas com a comunidade, tendo como referência a ética e a cidadania, temas como identidade étnico-racial, sexualidade, preconceito, exploração sexual de crianças e adolescentes, delinquência juvenil, preservação do patrimônio público, entre outros, fazendo da escola uma esfera pública privilegiada para a tomada de decisões e formação

de alunos, pais e professores para temas de interesse coletivo. Mostra-se fundamental também apresentar conteúdos, atuar na construção do futuro dos alunos tendo em vista o senso ético quanto às atribuições próprias da profissão e que está associada à proposta da transversalidade, que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997),

“traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico; influencia a definição de objetivos educacionais e orienta eticamente as questões epistemológicas mais gerais das áreas, seus conteúdos e, mesmo, as orientações didáticas” (p. 30).

Como algo que é de interesse geral, é importante que a sociedade não apenas opine, mas participe de forma efetiva da tomada de decisões e também da implementação de ações nesse campo, que demanda tanto a transformação da prática pedagógica com a superação de uma concepção estática e focada nas atividades formais de ensino quanto à implementação de um trabalho sistemático desde o início da escolaridade que privilegie o respeito às diferenças. É fundamental que professores reconheçam e abram espaço para atuação de outros segmentos, que não se isolem na construção de soluções complexas e pouco eficazes, mas apostem numa relação dialógica, interdisciplinar e partilhada dos problemas. Nada mais perigoso que o sentimento de “super-herói” que acomete muitos dos profissionais de educação e que se mostra na prática um grande obstáculo para a atuação docente, sendo motivo para frustrações de diferentes ordens, além de representar em grande medida a incapacidade de muitos professores em descentralizar ações e dividir responsabilidades.

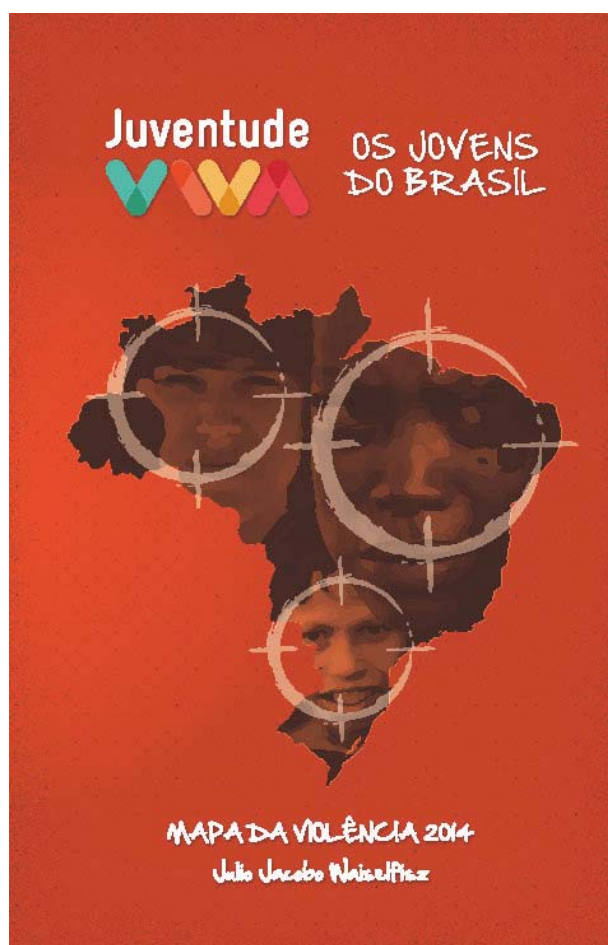
Em relação aos conflitos comuns no contexto escolar, longe de fugir, é necessário que a comunidade escolar busque resolvê-los por meio de parcerias que considerem a necessidade de uma formação básica e o contato com experiências exitosas desenvolvidas por outras escolas, assim como o conhecimento acumulado em outros órgãos públicos, a exemplo do Ministério Público, da OAB, conselhos tutelares, associações comunitárias, entre outros, nos casos de mediação e resolução de conflitos.

Em sala aula, são recursos importantes as atividades de pesquisa que promovam o questionamento e a existência de debates que reconheçam múltiplos pontos de vista sobre um mesmo problema. Em sala, mostra-se fundamental ampliar o sentido da pesquisa escolar, do desenvolvimento de debates e do contato com representações de pais e alunos, além de fomentar o senso de responsabilidade e participação nas tarefas que a escola propõe como a discussão em torno do seu Projeto Pedagógico e de ações com vistas a diminuir os casos de violência e vandalismo que afetam a dinâmica escolar.

No campo dos comportamentos, é necessário incentivar entre pais, professores e alunos discussões que levem em consideração os desafios de nosso tempo e a

necessidade premente de reconhecimento de direitos e de deveres coletivos. No caso dos alunos, deve-se considerar a importância de metodologias adequadas, conforme os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo, bem como o desafio em torno da construção de uma educação pautada pela autonomia e segundo a qual “ensinar passa a ser fundamentalmente uma actividade de fazer aprender a capacidade de aprender, permitindo a cada um descobrir por si mesmo” (FERNANDES, 2007/2008, p. 262).

Um exemplo dos temas que podem ser trabalhados é o Racismo no Brasil. A partir dele pode-se refletir sobre os efeitos de séculos de escravidão ao longo da história do país, desde a persistente desigualdade salarial entre brancos e negros até os índices assustadores de homicídios de jovens negros no país, além do forte encarceramento desse segmento da população. Em relação aos homicídios no Brasil, mais de 70% das vítimas são jovens negros e pobres, conforme revelou o Mapa da Violência 2014, que destacou ainda que para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros. Na última década (2002 a 2012), houve um crescimento de 38,7% no número de negros vítimas de homicídio no país.



Caso você deseje conhecer de forma mais detalhada os dados sobre violência relacionada à juventude no Brasil, recomendamos a consulta ao Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil, coordenado pelo sociólogo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Julio Jacobo Waiselfisz.

O mapa está disponível para download através do endereço:

(Fonte: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)).

As ações nesse campo na escola podem partir tanto de consultas sobre como alunos e professores se autotransformam e percebem a experiência de ser negro, branco, indígena ou asiático no Brasil, como os signos associados geralmente a cada grupo e suas possíveis implicações para as identidades e trajetórias pessoais. Nas séries iniciais, mostra-se relevante compreender como se estrutura a auto-imagem e a noção de belo e feio na infância, identificando os fatores que intervêm nesse processo e que concorrem para a auto-estima dos alunos.

Já nas séries mais adiantadas, uma estratégia que pode se revelar interessante é a abordagem e discussão de casos retratados na mídia e com forte repercussão, como foi o caso do jogador de futebol do Santos, o goleiro Aranha. O caso envolvendo o goleiro ganhou espaço na imprensa nacional em fins de agosto de 2014, quando o jogador foi alvo de ofensas racistas durante um jogo do Santos contra o Grêmio em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na ocasião, Aranha foi xingado de “macaco” e “preto fedido” por torcedores do time gaúcho, o que gerou uma grande discussão não apenas sobre o comportamento de parte da torcida, mas sobre a reação do goleiro, que mostrou indignação com as ofensas e pediu a identificação e punição dos agressores.

Dentre as observações mais comuns após o episódio estava a de que, embora tenha sido alvo de ofensas, o jogador era “rico”, “bem-sucedido” e por essa razão deveria ponderar a respeito do pedido de punição para os torcedores, identificados por parte considerável da população mais como “inconsequentes” que como criminosos. Segundo essa percepção, os xingamentos fariam parte da “cultura dos estádios”, sendo uma forma de “extravazar” e não instrumento para “ofender”. As palavras desferidas contra o jogador seriam, na prática, coisas comuns no universo do futebol, juntamente com outras formas de expressões.

No caso do jogador, por ter uma condição financeira privilegiada, ele não poderia, segundo esse mesmo olhar, ser visto como “vítima”, afinal havia ascendido socialmente e os efeitos do preconceito se relacionariam de modo geral aos pobres. Além desse aspecto de classe, as tentativas de minimizar a situação e de demover o goleiro santista do propósito de buscar justiça para os insultos sofridos revelam o quanto o preconceito está entranhado nas relações sociais e confirmam um quadro recorrente no país, ou seja, a transformação de vítimas de preconceito em culpados. Mesmo agredido, segundo essa lógica, ele deveria por “humanidade”, “compreensão” e por que não é “pobre”, atuar na defesa de quem o agrediu. Sinais de uma insistente “cordialidade” que marca a cultura brasileira e que nos faz, na concepção formulada por Sérgio Buarque de Holanda, constantemente evitarmos o conflito, apesar de a violência ser um traço forte dessas mesmas relações.

A situação vivida pelo goleiro retrata, portanto, a dificuldade no Brasil de enfrentar temas como o racismo, ainda bastante presente no cotidiano, mas dissimulado pelas tentativas de apresentar um quadro social de suposta harmonia no campo das relações étnico-raciais. Levantar o tema a partir de casos emblemáticos como o vivido pelo jogador pode ser uma boa oportunidade para aprofundar as discussões e a compreender como o racismo, por exemplo, se expressa no dia-a-dia das escolas, ajudando-nos a não fechar

os olhos não apenas para esse problema, mas para tantas outras formas de violência. Os números assustadores de jovens negros mortos todos os anos, a desigualdade que permanece e condena milhões a empregos com menores salários, ainda que com a mesma qualificação, nos apresentam desafios graves a serem superados. É possível dizer que o jogador Aranha “furou o bloqueio” da discussão, ainda que em um campo visto como sem resistências à presença de negros, um espaço possível para a ascensão social dos mais pobres no país.

Os professores podem ainda fazer uso de recursos audiovisuais, de análise de jornais, de textos como crônicas, contos, poemas ou de letras de música para levantar debates e problematizar situações. As letras de música mais próximas dos alunos podem ser utilizadas para introduzir temas e fazer com que outras referências sejam incorporadas. Os filmes e/ou documentários, por sua vez, são importantes recursos para suscitar debates e fomentar a discussão sobre temas diversos, trazendo questões cotidianas, muitas vezes presentes no contexto familiar ou comunitário para a escola.

Ainda sobre a temática do racismo, filmes como “Preciosa – Uma história de esperança” (2010), “A cor púrpura” (1985), entre outros, podem ser utilizados para promover a reflexão sobre os efeitos da discriminação e de diferentes formas de violência que comprometem o acesso a direitos fundamentais e marcam trajetórias desde o contexto familiar até a escola. Os filmes abordam, a partir da cobertura de tempos distintos, a discriminação racial e sexual nesses espaços e como as personagens conseguiram romper com as estruturas de opressão que as impediam de tomar consciência de si e de seu valor no mundo. Essas mesmas produções podem ainda servir como material para debater outros temas como gênero, sexualidade, gravidez na adolescência, violência, segurança, identidade, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como sobre o papel das instituições sociais tanto para a permanência quanto para o rompimento do ciclo de violência.

### **Saiba Mais**

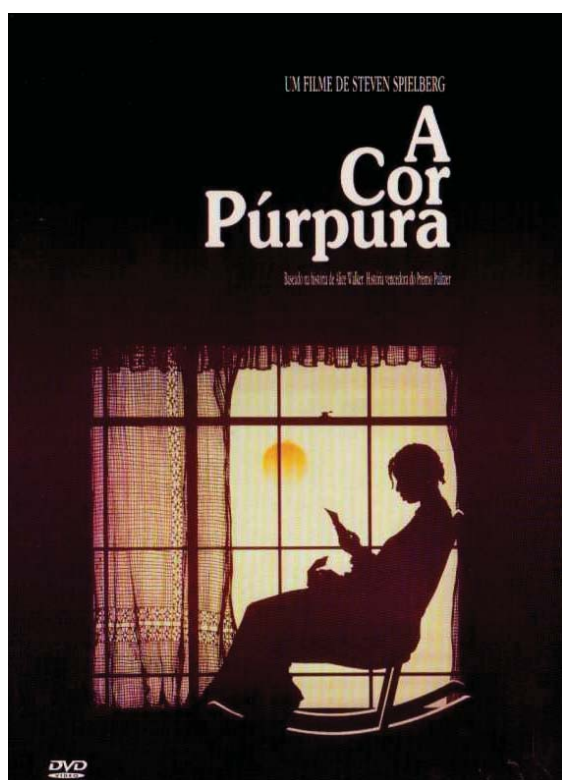
O conceito de gênero diz respeito à construção social dos papéis masculinos e femininos e se diferencia do sexo, que tem uma natureza biológica. Gênero, portanto, refere-se a um conjunto de atributos culturais como diferenciação de vestimenta, divisão sociossexual do trabalho, comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, entre outros, associadas aos sexos masculino e feminino e que serve como “gramática” para definir os comportamentos esperados de homens e mulheres em sociedade. (Verbetes sexo e gênero, Nicole-Claude Mathieu, In: Dicionário Crítico do Feminismo, 2009). Para uma compreensão mais ampliada do conceito, ver os textos de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Educação & Realidade, vol. 20, nº 02, 1995, p. 71-99, e Amílcar Torrão Filho, “Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam”, Cadernos Pagu 24, 2005, p. 127-152.



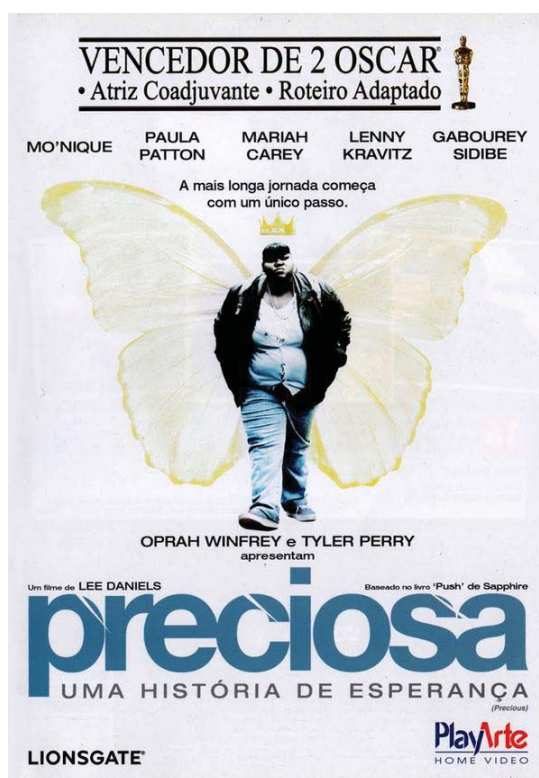
No campo da discussão de gênero e sexualidade, são importantes referências os filmes “O sorriso de Mona Lisa” e “Hoje eu quero voltar sozinho” que tratam desses temas a partir do percurso-relação entre a casa e a escola, evidenciando os valores que costumam direcionar a formação escolar e comprometer a emancipação dos indivíduos. Se o primeiro fixa-se nos desafios vividos por uma professora liberal em uma escola feminina tradicional norte-americana nos anos 1950, o filme nacional “Hoje eu quero voltar sozinho” é particularmente rico para discutir sexualidade na adolescência a partir da busca de um jovem cego por independência.

Para a ampliação do debate, recomenda-se, sempre que possível, que a escola recorra a especialistas, convidando membros do Ministério Público, de conselhos tutelares, da OAB, universidades, associações comunitárias, das polícias, assim como pais de alunos para expor dados, identificar demandas da escola e propor soluções partilhadas que levem em consideração a importância de diagnósticos bem fundamentados e experiências já desenvolvidas em outros espaços.

### Indicação de filmes



Título: A cor púrpura (1985)  
 Direção: Steven Spielberg  
 Gênero: Drama  
 Classificação indicativa: 14 anos



Título: Preciosa: uma história de esperança (2009)  
 Direção: Lee Daniels  
 Gênero: Drama  
 Classificação indicativa: 12 anos

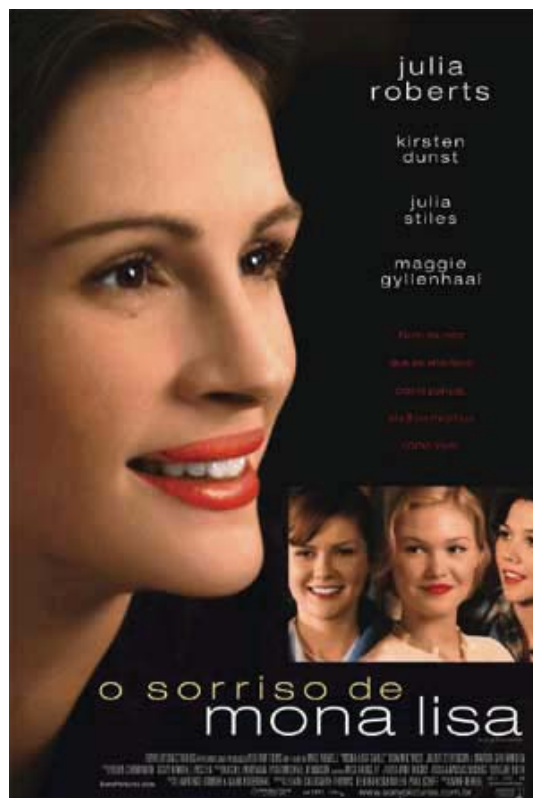


Título: Hoje eu quero voltar sozinho (2014)

Direção: Daniel Ribeiro

Gênero: Drama, Romance

Classificação indicativa: 12 anos



Título: O sorriso de Mona Lisa (2003)

Direção: Mike Newell

Gênero: Drama, Romance

Classificação indicativa: 12 anos

O desafio comum atualmente para a comunidade escolar está em reconhecer as demandas e potencialidades existentes nesse contexto, de modo a nortear-se pelo sentido mais amplo de ética e de cidadania na construção de uma educação plena de significados e oportunidades para todos. A formação oferecida pela escola pode e deve considerar a importância de os seus agentes refletirem de modo frequente sobre como as escolhas pessoais podem interferir sobre o cotidiano escolar e especialmente sobre a trajetória dos alunos e de outros profissionais.

É fundamental, assim, que a escola procure respostas sobre os fatores que explicam tanto o “sucesso” quanto o “fracasso” escolar, identificando em quais segmentos sociais a evasão, a repetência e as diferentes dificuldades de aprendizagem são mais comuns, tendo em vista aspectos como idade, gênero, cor, classe, situação familiar, entre outros. “Sair de si” em busca do outro “negado”, “invisibilizado”, parece-nos uma das tarefas mais importantes e que implica abrir mão, conforme destacou o sociólogo Max Weber, de uma ética da convicção em favor de uma ética da responsabilidade.



Tratado sociológico “Economia e Sociedade”.

Weber, que juntamente com Émile Durkheim e Karl Marx faz parte da chamada sociologia clássica, nasceu em Erfurt em 21 de abril de 1864 e faleceu em Munique, Alemanha, em 14 de junho de 1920.

Para conhecer mais a obra e a vida de Weber, recomendamos o texto “Max Weber”, de Raymond Aron, publicado no livro “As etapas do pensamento sociológico”, editora Martins Fontes, 2003.

(Fonte: <http://www.biography.com/people/max-weber-9526066>).

O sociólogo alemão Max Weber caracteriza a ética da convicção como orientada pelas crenças pessoais do indivíduo, sendo pautada por um moral pessoal considerada boa. Na ética da convicção os indivíduos agem conforme os preceitos morais que consideram justos e que em geral estão pautados na tradição e em princípios religiosos, razão pela qual frente a consequências indesejadas, os maus resultados não são vistos como resultantes da ação daqueles que defendem esses mesmos princípios, mas a causas externas, dentre eles possíveis desígnios divinos ou à desordem do mundo que seria decorrente do “enfraquecimento dos valores morais” que imperavam no passado.

O esforço da ética da convicção não está focado, portanto, nas consequências das escolhas e ações, mas se volta para o fortalecimento das próprias convicções morais. Assim, práticas violentas em geral costumam ser justificadas em nome da defesa de uma suposta segurança, a exemplo de usar a tortura e a morte como instrumento para diminuir a violência, o terrorismo e o tráfico de drogas. Não raramente, ouvimos que para diminuir o envolvimento dos jovens em atividades ilegais no país é necessário diminuir a maioria penal ou para restringir o crescimento dos homicídios e outros crimes graves instituir a pena de morte, ainda que experiências internacionais e a própria história provem que essas ações são ineficazes.



Por outro lado, a ética da responsabilidade se baseia na preocupação com as consequências práticas das escolhas. Segundo essa orientação ética, o sentimento de responsabilidade deve nortear o comportamento social dos indivíduos, pois mesmo a omissão representa uma preferência marcada por consequências, motivo pelo qual as crenças pessoais não devem se sobrepor ao interesse coletivo nem os agentes perderem o senso de proporção em torno dos seus atos, mantendo assim um distanciamento seguro que lhes permita decidir com calma e clareza, protegendo-se da vaidade. Ou seja, embora a ética religiosa do indivíduo o leve a identificar alguns comportamentos como sinônimos de “pecado”, a ética da responsabilidade compreende que na vida em sociedade há diferentes concepções religiosas e que uma pessoa que professa uma fé diferente não pode ser penalizada por decisões baseadas na crença daqueles que têm poder para decidir.

Como construção social, a sociedade deve ser vista como a reunião de diferenças, de concepções distintas sobre o mundo. No contexto da escola, os professores podem fazer um grande trabalho identificando ações e comportamentos que segregam e que interferem diretamente sobre a experiência dos alunos. No momento de atuar, é importante que a ética da responsabilidade esteja presente, levando a escola a pensar sobre as consequências práticas das escolhas sobre a vida da própria comunidade e não simples espelho do quadro valorativo das próprias crenças daqueles que tem poder para decidir.

Reconhecer a existência de múltiplas identidades é um caminho necessário para fazer da escola um espaço de proteção, que sabe não apenas reconhecer demandas, mas analisar as implicações graves do preconceito sobre a vida de crianças e jovens, assim como de posições que defendem a existência de cidadãos com mais ou menos direitos. O reexame sobre as próprias práticas e o compromisso com o autocontrole necessário para o aumento da segurança devem ser uma marca da atuação ética e cidadã dos profissionais da área e uma condição imprescindível para a existência da escola.

Desse modo, mais que “toleradas”, as diferenças precisam ser reconhecidas no contexto escolar e bem trabalhadas por seus profissionais, o que implica um exercício de respeito ao outro, seja aquele que está distante de nós ou ao lado. Marcar claramente o caráter essencial dos direitos humanos na formação escolar passa então a ser um requisito para tratarmos de forma aberta e emancipadora o tema da Ética e da Cidadania na escola, sem perder de vista uma das características mais fascinantes do ser humano, ou seja, a diversidade de ideias e concepções de mundo.

## **Gestão Escolar Participativa**

A ideia de gestão escolar participativa não é recente. Ela envolve especialmente os conceitos de gestão democrática, participação e cidadania.

De modo geral, a participação política pode ser entendida como tomar parte numa relação de poder relacionada a fins públicos. Desse modo, ela diz respeito ao

envolvimento dos cidadãos em atividades da vida política, desde as mais simples como conversas com amigos e familiares sobre assuntos políticos até as mais complexas, tais como votar, protestar contra autoridades políticas, fazer parte de governos, ser membro de um movimento social, dentre outras (AVELAR, 2004).

No mesmo sentido, a democracia participativa se refere a um conjunto de pressupostos normativos e dispositivos institucionais através dos quais se promove igual participação dos membros de uma comunidade política num processo político autônomo, porém restrito, em que se decidem as questões de cooperação social e os objetivos da mesma (ZAMARRÓN DE LEON, 2006).

Mas, afinal, o que a participação traz de novo para a democracia? Para Boaventura de Sousa Santos (2002), além de ampliar o campo político, a experiências participativas trouxeram a possibilidade da invenção de uma nova gramática democrática. Isso implica, inclusive, a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político e o aumento da participação, especialmente no nível local: a democracia participativa inova ao constituir uma nova gramática social e cultural.

A gestão democrática implica necessariamente a participação constante dos diversos segmentos sociais nos processos decisórios, nas responsabilidades, na articulação de interesses, na transparência das ações, na mobilização social e no controle coletivo.

Falar de gestão escolar participativa também nos remete obrigatoriamente a falar de Cidadania. A Cidadania pode ser exercida de diversas formas e em variados contextos sociais. No caso desse novo tipo de gestão escolar, temos o que se chama de Cidadania Ativa, isto é, uma cidadania que vai além da formalidade de ser portador de direitos para intervir na vida coletiva. Aqui há um grande salto qualitativo entre o cidadão meramente eleitor e o cidadão que intervém na elaboração, implantação e controle das políticas públicas.

Uma escola regida pela “gestão democrática” é uma escola em que, mais que simplesmente preocupar-se em eleger seu diretor, possui professores, direção, pais, alunos, funcionários, equipe pedagógica e comunidade envolvidos num processo pedagógico em que tomam coletivamente as decisões necessárias ao seu bom funcionamento.

Desde meados dos anos 80, vários países têm vivido um processo de mudança em relação à gestão da escola. No Brasil, a escola pública passou a ter a perspectiva de gestão escolar participativa a partir da Constituição de 1988. Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, a nova perspectiva gerencial está presente, a exemplo do que está expresso nos Artigos 14 e 15:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes [...];

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

No novo contexto sócio-político brasileiro, além de dever do Estado, a universalização do saber passa a considerada algo desejável do ponto de vista social, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população. Essa constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola (PARO, 1992). Porém, ter presente a necessidade de participação da população na escola não é por si mesmo suficiente. Devem se favorecer as condições para que essa participação possa se tornar realidade.

A gestão escolar democrática acontece especialmente através dos órgãos colegiados, ou seja, de grupos representativos da comunidade escolar. Como exemplo de órgãos colegiados, temos (CARVALHO et al., 2008):

- Conselho Escolar: órgão máximo de direção; é uma instituição que coordena a gestão escolar, sendo responsável pelo estudo, planejamento e monitoramento das principais ações do cotidiano escolar. Tem natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora;
- Grêmios Estudantil: trata-se de um órgão de representação do corpo discente da escola;
- Associação de Pais, Mestres e Funcionários: é uma instância participativa que representa pais, professores e funcionários e que busca colaborar no aprimoramento do processo educacional;
- Conselho de Classe: consiste numa instância responsável pelo processo coletivo de avaliação do processo ensino-aprendizagem. É um espaço em que professores das diversas disciplinas, juntamente com a direção, equipe pedagógica e alunos representantes de turma, reúnem-se para discutir, avaliar e propor ações para acompanhamento do processo pedagógico da escola.

Com efeito, podem existir outras formas de associações ou grupos no ambiente escolar. Mas o importante é que, além de instâncias consultivas, esses órgãos tenham funções deliberativas e fiscalizadoras. Quando as decisões são coletivas, assumem um valor qualitativo muito maior do que as individuais porque representam os anseios da comunidade, e a administração escolar contará com um empenho maior dessa mesma comunidade no acompanhamento e concretização dos resultados (CARVALHO et al., 2008).

Outra questão importante a respeito da gestão democrática escolar é que, além de órgãos colegiados, envolve outras dimensões, como eleições para cargos administrativos,

introdução de mecanismos que favoreçam a flexibilização normativa e organizacional do sistema, dentre outros.

Uma ferramenta importante na gestão escolar participativa é o que hoje se chama Planejamento Participativo. Este é mais do que um instrumento administrativo, pois parte da ideia que é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir metas, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade. Dessa forma, inclui a contribuição para a construção de novos horizontes, que incluem valores que constituirão a sociedade. No caso das escolas, não basta que os professores definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido; é preciso que se organizem para definir quais resultados pretendem obter, tanto em relação a seus alunos quanto às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação contextualizada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social. Enfim, o Planejamento Participativo trata-se de uma “ferramenta de intervenção na realidade” (GANDIN, 2001).

Como se vê, um fator fundamental para que a gestão democrática da escola seja praticada é que seus princípios sejam conhecidos e compreendidos. Não se pode esquecer ainda que esse tipo de gestão não se implanta de forma mágica, mas consiste num processo que comporta conflitos, inclusive porque ainda predominam resquícios de uma prática autoritária, tanto nos setores educacionais como na própria sociedade brasileira. Desse modo, a gestão escolar participativa exige aprendizado de novos valores democráticos e a disposição para novas atitudes.

### **Dica**

Em 2001, o Ministério da Educação lançou um catálogo com indicações de bibliografias sobre temas como “Ética e construção de valores”, “Questões do cotidiano escolar”, “A participação dos pais e da comunidade nas escolas”, dentre outros. Esta material está facilmente disponível aos educadores e foi preparado justamente para auxiliar os profissionais da educação a lidarem com essas questões. Fonte: Ética e Cidadania no convívio escolar: uma proposta de trabalho. Ministério da Educação; secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC, SEF, 2001.

## Conclusão

A partir das discussões que envolvem a Ética e a Cidadania especialmente no tocante ao ambiente escolar, podemos ao final desse módulo concluir que a educação formal é uma ferramenta essencial no fomento de princípios e atitudes necessários ao desenvolvimento da pessoa humana. Isso inclui repensarmos o conteúdo e o uso dos materiais didáticos, bem com as ações dos atores ligados diretamente à escola, tais como alunos, professores e gestores.

## Resumo

O presente módulo, tendo como eixos norteadores os temas Ética e Cidadania, trata do papel da educação na dos Direitos Humanos do exercício da Cidadania. A partir disso, aborda discussões relativas à autoridade e autoritarismo na escola, ao modo como os livros didáticos tratam da diferença e identidade e à gestão participativa na escola, reconhecendo em todas essas abordagens a escola como um lócus privilegiado para suscitar o compromisso com a defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

## Atividade Proposta

Considerando as discussões suscitadas ao longo do módulo, responda:

1. Como o seu ambiente de trabalho ou de formação profissional costuma discutir o tema ética e cidadania? Há alguma comissão ou código de ética? Em caso positivo, apresente mais detalhes sobre isso.
2. A partir dessas questões, elabore um texto com no máximo duas páginas sobre os principais desafios éticos relacionados ao seu ambiente de trabalho ou de formação profissional (sem citar nomes de pessoas envolvidas) e como eles, tendo em vista a discussão do módulo, podem ser superados e construído um contexto de fortalecimento da autoridade e de exercício pleno da cidadania.
3. Pesquise sobre um caso onde a gestão escolar participativa foi implantada e faça um relato (máximo duas páginas) com detalhes dessa experiência, tais como atores participantes, instrumentos de participação, resultados, dilemas etc. Não esqueça de citar as fontes de suas informações.

## Próximo módulo

No próximo módulo, o tema a ser abordado será “relações de gênero, etnicorraciais e diversidade sexual”. O módulo centrará a reflexão sobre esses aspectos e as dimensões que eles assumem no Brasil, considerando ainda a legislação atual internacional e nacional sobre o tema.

## Autoavaliação

Como, à luz dos conceitos de ética e cidadania, você avalia o atual cenário da educação no Brasil e o seu posicionamento/atuação como aluno e/ou professor?

## Referências

- AVELAR, Lúcia. “Participação Política”. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.
- CARVALHO, Elma Julia Gonçalves de [et al.]. **Gestão escolar**. Organização: Maringá, PR : Secretaria de Estado da Educação do Paraná : Universidade Estadual de Maringá, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 17<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidadania e Direitos. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ENRICONE, Délcia Enricone (Org.). **Valores no processo educativo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto/EDIPUC-RS, 1992.
- FERNANDES, António Teixeira (2007/2008). Sociedade, Família e escola; Revista de **Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Série I, Vol. 17/18, p. 253- 265.
- GANDIN, Danilo. “A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade”. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.
- GORCZEWSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. “Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz”. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008.
- HIRATA, Helena [et. al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. **Alteridade**: uma noção em construção. In: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493\\_215.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493_215.pdf), página consultada em 29 de janeiro de 2015.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa Neves. Direitos humanos e Cidadania simbólica no Brasil. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Direitos Humanos: os desafios do século XXI: uma abordagem interdisciplinar**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

PARO, Vitor Henrique. “Gestão da escola pública: a participação da comunidade”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 174, p. 255-290, maio/ago. 1992. Publicação do MEC/INEP.

PAULA e SILVA, Joyce Mary Adam de. Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, p. 125-135, maio/2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: Os Caminhos da Democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SENNET, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALLS, Álvaro. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. pp. 33-50;219-263.

VIEIRA, Analúcia de Moraes. Autoridade e autonomia: uma relação entre a criança e a família no contexto infantil. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 49/5, 25 de mayo de 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Brasília, 2014. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ZAMARRÓN DE LEON, Eduardo. **Modelos de democracia**: los alcances del impulso participativo. México: Instituto Mora: Instituto Electoral de Querétaro, 2006.